



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE CEILÂNDIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

VANESSA BARROS DO AMARAL

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA TERAPIA OCUPACIONAL SOBRE
REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL NO BRASIL**

Brasília - DF

2022

VANESSA BARROS DO AMARAL

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA TERAPIA OCUPACIONAL SOBRE
REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de Brasília –
Faculdade de Ceilândia como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Terapia Ocupacional

Professor Orientador: Dra. Ioneide de
Oliveira Campos

Brasília – DF

2022

VANESSA BARROS DO AMARAL

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA TERAPIA OCUPACIONAL SOBRE
REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de Brasília -
Faculdade de Ceilândia como requisito final
para obtenção do título de Bacharel em
Terapia Ocupacional.

Data da aprovação: 06/05/2022

Ioneide de Oliveira Campos

Ioneide de Oliveira Campos- Orientador(a)
Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura
Professor(a) da Faculdade de Ceilândia (FCE/UnB)

Kelly Cristina Vieira Silva

Kelly Cristina Vieira Silva
Especialização em Transtorno do Espectro Autista- TEA
Gerente do CAPSi Taguatinga

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial na minha caminhada, a minha mãe Elena, que não mediu esforços para que eu concluísse essa etapa da minha vida, à minha tia Cida (e sua família), pelas oportunidades e incentivo e minha avó Maria, por zelar por mim desde o início da trajetória acadêmica

Ao meu pai Geraldo, por todo apoio nesse período, ao meu irmão, a minha avó Aparecida, a todos os tios e tias, primos e primas que sempre torceram por mim

Aos meus amigos pessoais, em especial à Ju, que foram meu porto seguro nos momentos difíceis. A todos vocês todo meu carinho e gratidão.

AGRADECIMENTOS

À Prof. Ioneide Campos, pela orientação crucial durante esse tempo, pela compreensão e apoio e por perseverar junto a mim neste trabalho;

Aos amigos, colegas e professores da faculdade pelo incentivo e ajuda, que de forma direta ou indireta contribuíram para eu chegar até esse momento;

À equipe do CAPSi Taguatinga, em especial à Kelly Cristina, por me despertar para esse tema e me auxiliar na aquisição de conhecimentos práticos e teóricos;

E a UnB pela oportunidade de aprendizado tão grande durante toda a trajetória acadêmica.

RESUMO

A saúde mental no Brasil sofreu diversas transformações nos últimos 40 anos. A reforma psiquiátrica foi um movimento precursor dessas mudanças que trouxe para o Brasil um novo modelo de cuidado à saúde mental. A partir dela, a concepção de loucura e o lugar social do indivíduo em sofrimento psíquico se transformam, permeada pela reabilitação psicossocial. A terapia ocupacional, profissão ativa na saúde mental, dentro do seu próprio processo de construção e influenciada por esse contexto de mudanças, participa desse processo de transformação no modo de fazer saúde. O objetivo deste estudo é caracterizar a produção científica da terapia ocupacional sobre a reabilitação psicossocial no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de caráter exploratório e descritivo que abrangeu estudos científicos dos últimos cinco anos. Como critério de inclusão foi determinado artigos na língua portuguesa, inglesa ou espanhola; experiências brasileiras ou estudos realizados no Brasil; textos que retrataram a produção da terapia ocupacional sobre a reabilitação psicossocial e estudos empíricos, revisões teóricas e relatos de experiência. Como critérios de exclusão: fontes de informação da literatura cinzenta artigos sem o texto completo disponível. Os estudos foram selecionados a partir da BVS- Biblioteca Nacional de Saúde (SCIELO, LILACS, MEDLINE), da PUBMED e do Portal de Periódicos da CAPES (DOAJ, LATINDEX, SCIELO). As palavras-chave utilizadas foram: “reabilitação psicossocial” and “saúde mental” and “terapia ocupacional” e no inglês correspondente: “psychosocial rehabilitation” and “mental health” and “occupational therapy”. Para a análise dos dados, os artigos foram pré-selecionados por dois examinadores, por meio de leitura exploratória de todos os resumos, após isso foi feita leitura seletiva e armazenamento de dados e posterior análise. Foram selecionados 7 artigos de acordo com os critérios. Todos os artigos utilizaram a pesquisa qualitativa como método, e 6 deles publicaram nos Cadernos brasileiros de Terapia Ocupacional, estando 4 vinculados à uma Instituição de Ensino Superior. Três artigos objetivaram explorar as práticas da terapia ocupacional na rede de saúde mental; três analisaram como a profissão reagiu à reforma psiquiátrica e às proposições da Reabilitação Psicossocial (R.P); um explorou a perspectiva do trabalho e um artigo explorou a R.P numa instituição de objetivo ambíguo, um hospital psiquiátrico que propõe-se a reinserir os indivíduos. A maioria dos artigos analisados, identificaram que as práticas da terapia ocupacional nos serviços de saúde mental estão em consonância com a reforma psiquiátrica

e se aproximando mais da reabilitação psicossocial como abordagem norteadora dos problemas em saúde mental. A produção científica da terapia ocupacional relacionada à Reabilitação Psicossocial (R.P) analisada, trouxe esse referencial relacionado aos serviços substitutivos e estratégias de ação, tendo três (1, 2, 4) deles trazido os CAPS como principal serviço na concretização dos pressupostos da R.P, quatro (1, 2, 3, 4) trouxeram atendimentos grupais, individuais, aos familiares, e oficinas terapêuticas como práticas recorrentes na saúde mental e dois (2, 6) trouxeram a perspectiva do trabalho através das oficinas de geração de renda.

Palavras-chave: Saúde Mental. Terapia Ocupacional. Reabilitação Psicossocial.

ABSTRACT

Mental health in Brazil has undergone several transformations in the last 40 years. The psychiatric reform was a precursor of these changes that brought to Brazil a new model of health care. From there, the conception of madness and the social place of the individual in psychic suffering are transformed, permeated by psychosocial rehabilitation, understood as a set of practices, objectives and theories that aim at the recovery of the subject's citizenship and autonomy and his social reintegration. Occupational therapy, an active profession in mental health, within its own construction process and influenced by this context of changes, participates in this process of transformation in the way of doing health. The objective of this study is to characterize the scientific production of occupational therapy on psychosocial rehabilitation in Brazil. This is an integrative review of the literature of an exploratory and descriptive nature that will cover scientific studies from the last five years. As inclusion criteria, articles in Portuguese, English or Spanish were determined; Brazilian experiences or studies carried out in Brazil; texts that portray the production of occupational therapy on psychosocial rehabilitation and empirical studies, theoretical reviews and experience reports. As exclusion criteria: gray literature sources of information articles without the full text available. The studies were selected from the VHL - National Health Library (SCIELO, LILACS, MEDLINE), PUBMED and the CAPES Periodicals Portal (DOAJ, LATINDEIX, SCIELO). The keywords used were: “psychosocial rehabilitation” and “mental health” and “occupational therapy” and in the corresponding English: “psychosocial rehabilitation” and “mental health” and “occupational therapy”. For data analysis, the articles were pre-selected by two examiners, through exploratory reading of all abstracts, after which selective reading and data storage and subsequent analysis were performed. 7 articles were selected according to the criteria. All articles used qualitative research as a method, and 6 of them were published in the Brazilian Occupational Therapy Notebooks, 4 of which were linked to a Higher Education Institution. Three articles aimed to explore occupational therapy practices in the mental health network; three analyzed how the profession reacted to the psychiatric reform and to the Psychosocial Rehabilitation (RP) propositions; one explored the perspective of work and one article explored the R.P in an institution with an ambiguous objective, a psychiatric hospital that proposes to reinsert individuals. Most of the articles analyzed identify that occupational therapy practices in mental health services are in line with the psychiatric reform and are closer to psychosocial rehabilitation as a guiding

approach to mental health problems. The scientific production of occupational therapy related to Psychosocial Rehabilitation (RP) analyzed brought this reference related to substitutive services and action strategies, with three (1, 2, 4) of them bringing the CAPS as the main service in the realization of the assumptions of the R.P, four (1, 2, 3, 4) brought group and individual assistance to family members, and therapeutic workshops as recurrent practices in mental health and two (2, 6) brought the perspective of work through income generation workshops.

Keywords: Mental Health. Occupational therapy. Psychosocial Rehabilitation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Título, ano, periódico, indexação, país, instituição.....	18
Tabela 1– Natureza e método da pesquisa, objetivo, participantes.....	21

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Justificativa.....	13
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 Objetivos Gerais.....	14
2.2 Objetivos específicos.....	14
3 METODOLOGIA.....	15
3.1 Procedimentos de buscas de dados.....	15
3.2 Critérios de inclusão e exclusão.....	16
3.3 Análise dos dados	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
4.1 Principais resultados sobre terapia ocupacional e reabilitação psicossocial.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	32
6 CRONOGRAMA.....	34
7 REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

As concepções da loucura e o lugar social do sujeito em sofrimento psíquico sofreram diversas transformações ao longo da história, passando pela ideia de loucura reveladora, para silenciada até chegar à loucura como transtorno mental, a qual precisava ser tratada (CABRAL & DAROSCI, 2019).

A institucionalização da loucura representada pelo enclausuramento do indivíduo que fugia da racionalização em seu modo de viver e experienciar o mundo, foi por muito tempo, a alternativa oferecida pela sociedade como local para absorver os sujeitos interpretados como mentalmente adoecidos e lá tratá-los a fim de adaptá-los à normalidade (ALVERGA & DIMENSTEIN, 2006; SAMPAIO & BISPO JUNIOR, 2021).

Influenciados por movimentos internacionais, como a mudança nos moldes psiquiátricos na Itália, e discussões nacionais do modo de fazer saúde, como as Conferências Nacionais de Saúde, vários setores da sociedade passam a questionar o papel central dos hospitais e instituições psiquiátricas dentro do modelo de atenção à saúde mental, junto às condutas e tratamentos designados para as pessoas com transtornos mentais. E a partir disso surgem organizações em prol da mudança do modelo assistencial da saúde mental, dando início ao movimento da reforma psiquiátrica no Brasil na década de 70 (COIMBRA et al., 2005; SAMPAIO & BISPO JUNIOR, 2021).

A reforma psiquiátrica trouxe como proposta urgente, a desinstitucionalização do sujeito adoecido de forma a retirá-lo das instituições asilares e realoca-lo em lares e serviços dentro do território, rompendo assim com a lógica do modelo de assistência manicomial predominante. Para além da libertação desse indivíduo do espaço concreto do enclausuramento, buscava-se também uma libertação no campo subjetivo das ideias, ou seja, romper com a tendência de excluir, controlar e oprimir o indivíduo tido como louco (LIBERATO, 2009).

Como forma de concretizar a desinstitucionalização e os outros objetivos da reforma psiquiátrica, são criados os serviços substitutivos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as Residências Terapêuticas (RT), nos quais, um dos principais focos é a garantia dos direitos através da reabilitação psicossocial do sujeito (ALVERGA, 2006).

A formalização da reforma psiquiátrica no Brasil completou 21 anos em 2022 desde a promulgação da Lei 10.216, que dispõe sobre as mudanças no tratamento às pessoas em sofrimento mental de qualquer tipo (BRASIL, 2001). A partir dela, a reabilitação psicossocial é levantada como objetivo e possibilidade para os sujeitos adoecidos e passa a trilhar os próprios rumos no cenário brasileiro, influenciando práticas e passando a compor o bojo teórico dos profissionais da saúde mental, entre eles, o terapeuta ocupacional. O Ministério da Saúde (2020) traz como definição para a reabilitação psicossocial:

[...] um conjunto de ações que buscam o fortalecimento, a inclusão e o exercício de direitos de cidadania de pacientes e familiares, mediante a criação e o desenvolvimento de iniciativas articuladas com os recursos do território nos campos do trabalho, habitação, educação, cultura, segurança e direitos humanos.

A reabilitação psicossocial apresenta-se como uma nova abordagem para as questões de saúde mental, que pauta-se na reformulação de teorias, práticas e legislação dentro e fora das instituições formais de reabilitação. O modo de pensar os transtornos e acometimentos na saúde mental desloca-se da análise simplista de causa e efeito entre doença e sintoma e passa a considerar as variáveis do ambiente como determinantes do processo saúde-doença, alterando também as intervenções realizadas. A reabilitação psicossocial está diretamente ligada à inserção social, entendida não apenas como objetivo final, mas também como meio para ela (BENETTON, 1996; SARACENO, 2001)

A reabilitação psicossocial traz como proposta que os serviços reabilitadores sejam permeáveis e dinâmicos, que as intervenções sejam individualizadas e considerem a vontade e o contexto do paciente e que os profissionais envolvidos estabeleçam vínculo e continuidade no cuidado dos indivíduos. Ela objetiva também a recuperação de autonomia dos indivíduos e aumento de suas trocas subjetivas nos mais diversos cenários (PITTA, 1996).

Segundo Saraceno (2001), a reabilitação psicossocial é uma abordagem ética do problema de saúde mental e uma estratégia global que vai além de subtrair desabilidades do sujeito adoecido e que precisa envolver ativamente todos os atores sociais. Para ele, a reabilitação é um meio para restaurar a contratualidade necessária para o exercício pleno da

cidadania em três cenários: o trabalho, o habitat e as redes sociais. Assim, a reabilitação psicossocial apresenta princípios que orientam a prática da terapia ocupacional na saúde mental, tais como, reconstruir valores aumentando o poder contratual e conseqüentemente autonomia dos usuários, criação de condições para que os pacientes participem do poder de troca nos espaços sociais.

Desse modo a terapia ocupacional está inserida nestes novos dispositivos de saúde mental. É uma profissão que permeia a área da saúde e tem como objetivo geral a habilitação e a reabilitação dos sujeitos, a adequação do nível de participação e engajamento e a promoção da autonomia e independência nas atividades e ocupações (WFOT, 2012). Essa profissão tem como foco indivíduos que tenham alterações cognitivas, afetivas, perceptivas e psico-motoras, atuando em diversos contextos como hospitalar, saúde mental, social, escolar (CREFITO 11). A atuação na saúde mental foi reconhecida como uma especialidade da terapia ocupacional pelo COFFITO através da resolução 408º de 2011.

Segundo Benetton (1996), a terapia ocupacional desenvolveu-se de forma a compor o conjunto de profissões relacionadas à reabilitação e tem entre seus objetivos o “treinamento de habilidades, desenvolvimento educacional, orientação habitacional e sócio-recreativa” se conectando com os objetivos da reabilitação psicossocial definidos pela Associação Internacional de Reabilitação Psicossocial (IAPSR).

Nessa perspectiva, o referencial teórico da reabilitação psicossocial vem se constituindo na terapia ocupacional um norteador para as suas intervenções (Lieberman, 2002) nos espaços reais de vida dos sujeitos e seus contextos, o que trouxe novas possibilidades de reflexão da loucura no contexto das relações sociais, das questões políticas envolvidas políticas, bem como, a construção de estratégias e diferentes recursos comunitários que produzam acesso e valor para o usuário dos serviços de saúde mental.

Desse modo, essa proposta de pesquisa objetiva conhecer a produção científica da terapia ocupacional sobre a reabilitação psicossocial no Brasil nos últimos 5 anos, a partir da caracterização geral dos artigos e das seguintes questões norteadoras: a) o que tem se produzido sobre reabilitação psicossocial no campo da TO? b) quais os objetivos e métodos de pesquisa utilizados no estudo do tema? e c) quais os resultados obtidos?

1.1 Justificativa

A escolha pelo tema deu-se a partir da curiosidade de saber mais sobre a reabilitação psicossocial, pois esse tema me gerou interesse desde o início da graduação, e achei no TCC uma forma de aprofundar o conhecimento sobre o que tem sido produzido acerca da reabilitação psicossocial pela terapia ocupacional.

Percebendo a reabilitação psicossocial como estratégia preconizada pela Política Nacional de Saúde Mental no tratamento dos indivíduos em sofrimento mental, portanto, presente nas práticas dos profissionais que atuam no cenário da saúde mental, busca-se observar o que a produção da terapia ocupacional tem acrescentado sobre este tema.

A terapia ocupacional acompanhou o processo de mudanças na saúde de forma geral e a mudança nos moldes da saúde mental brasileira e, esse contexto possibilitou a terapia ocupacional expandir sua prática para outros cenários e com novas perspectivas no fazer da profissão. A terapia ocupacional vem desde então contribuindo com novas estratégias e formas de produzir saúde e tem utilizado a reabilitação psicossocial como referencial teórico (OLIVER, BARROS & LOPES, 2005; ALMEISA & TREVISAN; 2011)

Nesse sentido, esse estudo busca-se analisar e refletir acerca das formas de cuidado do terapeuta ocupacional ao paciente com transtornos ou problemas em saúde mental e sua relevância e interesse na produção científica relacionada à reabilitação psicossocial a partir do advento da reforma psiquiátrica. Verificar os possíveis focos e as possíveis lacunas na produção e nas práticas é importante para formular críticas ao modo como vêm se constituindo o saber e as estratégias em terapia ocupacional em meio às profundas mudanças na saúde mental brasileira, e assim determinar as contribuições já existentes e fomentar a produção científica e a aprimoração da atuação desses profissionais.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Conhecer e descrever a produção científica da terapia ocupacional sobre a reabilitação psicossocial no Brasil.

2.2 Objetivos Específicos

- 1.** Caracterizar os artigos quanto ao título do artigo, periódico científico, ano de publicação, país, fonte de indexação e instituição.
- 2.** Identificar os objetivos e métodos de pesquisa utilizados no estudo do tema;
- 3.** Identificar os principais resultados obtidos.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter descritivo, a qual incluiu estudos de base teórica e empírica que abordassem a reabilitação psicossocial e a terapia ocupacional nos últimos cinco anos.

A revisão integrativa da literatura é um método de pesquisa em que a partir de materiais já publicados é feita a análise sobre a temática escolhida respondendo questões levantadas. Nesta revisão, há a possibilidade de síntese do conhecimento a partir de estudos experimentais, não experimentais, quase experimentais teóricos e empíricos, os quais podem ter diferentes objetivos, a fim de ampliar a amostra da pesquisa e reunir o maior número possível de resultados relacionados ao tema. (SOUZA, SILVA & CARVALHO, 2010)

A revisão integrativa foi escolhida como abordagem para essa pesquisa devido à possibilidade de inclusão de estudos com diferentes desenhos metodológicos e que possibilitam conhecer a produção científica atual relacionada à temática pesquisada permitindo, dessa forma, discutir conceitos, teorias e práticas trazidas pelos trabalhos.

O método de realização da pesquisa é sistematizado de forma que é necessário delimitar as bases de dados que serão usadas, as palavras chaves, os descritores e a abrangência dos estudos que serão selecionados, isto visa minimizar o viés de interferência dos autores na escolha dos artigos selecionados e encontrar diversidade de resultados. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa é realizada em 6 (seis) etapas, a saber:

1. Identificação do tema e seleção da questão da pesquisa;
2. Estabelecimento de critérios para a inclusão ou exclusão de estudos ou busca na literatura;
3. Identificação dos estudos pré selecionados e selecionados;
4. Categorização dos estudos selecionados;
5. Análise e interpretação dos resultados;
6. Apresentação da revisão integrativa/síntese do conhecimento.

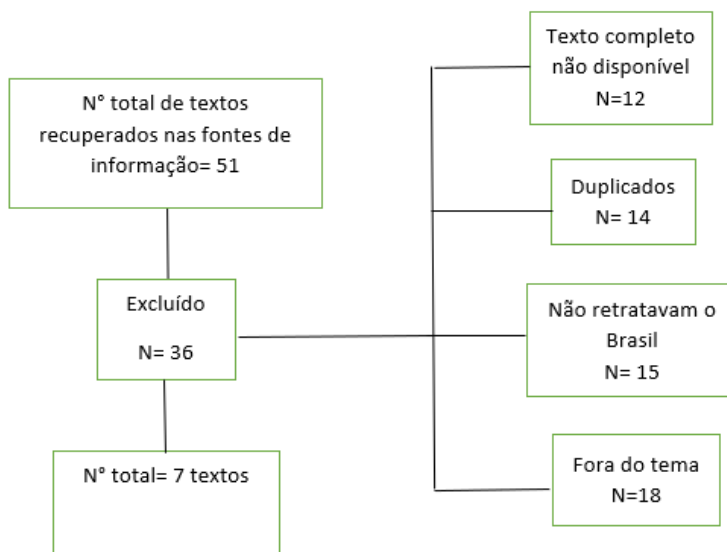
Procedimentos de busca dos dados

As fontes de informações selecionadas para a busca na literatura foram as bases de dados contempladas na Biblioteca Nacional de Saúde (BVS) (Scientific Electronic Library Online- SCIELO, Literatura Latino Americana do Caribe e Ciências da Saúde- LILACS,

MEDLINE), PUBMED e no Portal de Periódicos da CAPES (DOAJ, LATINDEX, SCIELO). Ainda, utilizamos como fonte de informação, os Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). A fim de encontrar as informações mais atualizadas foi delimitado a busca de artigos dos últimos 5 anos.

Foram escolhidas as palavras chaves “reabilitação psicossocial”; “saúde mental” e “terapia ocupacional” e os termos correspondentes em inglês: “psychosocial rehabilitation”, “mental health” e “occupational therapy” para a busca na literatura. Para efetuar a combinação desses descritores nas bases de dados, foram utilizados os operadores booleanos “AND” e “OR”. A estratégia de pesquisa consolidou-se da seguinte forma: (“reabilitação psicossocial” OR “psychosocial rehabilitation”) AND (“saúde mental” OR “mental health”) AND (“terapia ocupacional” OR “occupational therapy”). O período da coleta dos dados foi entre os meses de fevereiro e março de 2022.

Segue o fluxograma, contendo a amostra final dos estudos.



Critérios de inclusão e exclusão

Como critérios de inclusão foi delimitado para essa revisão os textos publicados em periódicos que retratam a produção da terapia ocupacional relacionada à reabilitação psicossocial; estudos empíricos, revisões teóricas e relatos de experiência; textos publicados na língua portuguesa, inglesa ou espanhola desde que abordassem experiências brasileiras ou estudos realizados no Brasil, textos publicados nos últimos cinco anos. Foi escolhido

como critério de exclusão as fontes de informação da literatura cinzenta tais como livros, capítulos de livros, anais de congressos, além dos artigos pré selecionados que não tinham seu texto completo disponibilizado;

Análise dos dados

Após a definição dos procedimentos de busca e dos critérios de inclusão e exclusão, foi feita a definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; a avaliação dos estudos incluídos e a interpretação dos resultados. Primeiramente realizou-se a leitura exploratória dos resumos, dos resultados, discussão e considerações dos artigos; no segundo momento a leitura mais seletiva do material encontrado. A partir da leitura dos estudos, os dados foram organizados em planilhas de excel, considerando os objetivos propostos pela pesquisa, e posteriormente foram descritos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados ao todo 51 artigos com os descritores utilizados e no intervalo de tempo determinado. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 7 artigos para compor esta revisão.

A tabela 1, apresenta algumas características dos artigos selecionados, tais como, título do trabalho, ano de publicação, periódico científico em que foi publicado, fonte de indexação, país em que a pesquisa aconteceu e a qual universidade está vinculada.

	Título do artigo	Periódico científico	Ano de publicação	País	Fonte de indexação	Instituição
1	Práticas de terapia ocupacional na rede de saúde mental da criança e do adolescente.	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2021	Brasil	LILACS DOAJ SCIELO	Universidade Federal de Minas Gerais
2	Terapia ocupacional em saúde mental nos congressos brasileiros: uma revisão de escopo	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2018	Brasil	LILACS DOAJ SCIELO LATINDEX	Não se aplica

3	O cuidado e os processos de trabalho em um hospital de custódia e tratamento psiquiátrico sob a perspectiva de seus trabalhadores Ocupacional	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2018	Brasil	LILACS DOAJ SCIELO	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
4	Estratégias de cuidado utilizadas por terapeutas ocupacionais em centros de atenção psicossocial	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2016	Brasil	LILACS	Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
5	Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira.	Interface- Comunicação, Saúde, Educação	2017	Brasil	DOAJ SCIELO	Não se aplica
6	Mental health and work: dialogues on rights, desire, and need for access.	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2017	Brasil	DOAJ	UNICAMP

7	Contribuições da perspectiva de Reabilitação Psicossocial para a terapia ocupacional no campo da saúde mental.	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	2018	Brasil	LILACS DOAJ SCIELO	Não se aplica
---	--	---	------	--------	--------------------------	---------------

Todos os artigos analisados tiveram como país de publicação o Brasil e percebe-se que há um predomínio de produção científica da terapia ocupacional sobre reabilitação psicossocial nos anos de 2017 e de 2018.

É possível notar também que 6 dos 7 artigos selecionados foram publicados nos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, isso pode estar relacionado ao fato de que no Brasil, apenas esse periódico de terapia ocupacional está indexado em bases de dados internacionais como a SciELO, a Scopus e Web of Science e também desse periódico ter sido o segundo a ser criado, estando melhor consolidado como fonte de informação nos cursos de graduação e entre os profissionais da área (RENETO, 2020).

Nota-se que 4 dos 7 artigos analisados foram desenvolvidos por intermédio de uma Instituição de Ensino Superior (IES), sendo três universidades estaduais e uma universidade federal, indicando que as mesmas colocam em prática o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão determinado pelo artigo 207 da constituição federal de 88. Este princípio busca estreitar a comunicação entre o ensino das universidades e as demandas da sociedade (MACIEL & MAZZILI, 2010).

Dentre as Universidades citadas, três estão na região sudeste e uma está na região nordeste, dado este que corrobora com o achado de Wachholz e Mariott (2009), que em sua revisão acerca da produção científica da terapia ocupacional relacionada à reforma psiquiátrica, encontrou que todos os 15 (quinze) autores terapeutas ocupacionais desenvolveram suas pesquisas na região sudeste.

A tabela 2 apresenta os objetivos dos artigos selecionados, bem como a natureza da pesquisa, o método utilizado e os participantes das pesquisas, no caso das empíricas.

	Autor	Natureza da Pesquisa	Método e abordagem utilizada	Objetivos da pesquisa	Participantes
1	BUENO, et al	Empírico	Pesquisa qualitativa; Exploratório-descritiva	Identificar e descrever práticas e abordagens dos terapeutas ocupacionais da rede de atenção à saúde mental infantojuvenil do município de Belo Horizonte (MG).	Terapeutas ocupacionais
2	RICCI & MARQUES	Teórico	Revisão de escopo	Identificar as práticas dos terapeutas ocupacionais relacionadas à saúde mental que foram descritas nos trabalhos apresentados nos anais dos Congressos Brasileiros de Terapia Ocupacional entre os anos de 2009 e 2015.	

3	DA SILVA, RIBEIRO, DE SOUZA	Empírico	Pesquisa qualitativa	Observar se as práticas da equipe de um hospital de custódia estão em consonância com os pressupostos da reforma psiquiátrica.	Equipe do Hospital Custódia
4	ASSAD, PEDRÃO, CIRINEU	Empírico	Pesquisa qualitativa e descritiva	Identificar as práticas dos terapeutas ocupacionais em três centros de atenção psicossocial e compreender como elas dialogam com os pressupostos da reabilitação psicossocial	Terapeutas Ocupacionais
5	SHIMOGUIRI & COSTA- ROSA	Teórico	Revisão Bibliográfica	Descrever o percurso histórico da terapia ocupacional enfocando a identidade profissional pós reforma psiquiátrica brasileira	Não se aplica

6	SILVA & FERIGATO	Empírico	Abordagem qualitativa; caráter participativo e interventivo.	A partir da inclusão laboral de pessoas com transtorno mental observar e descrever como o trabalho se constitui, como direito, desejo e necessidade.	Pessoas com transtorno mental
7	MORATO & LUSSI	Teórico	Ensaio reflexivo	Refletir sobre as contribuições e intersecções dos pressupostos da reabilitação psicossocial em relação à terapia ocupacional	Não se aplica

Dentre os estudos selecionados, quatro são pesquisas empíricas (1,3,4,6) e três são pesquisas teóricas (2,5,7). Nas pesquisas de campo, observa-se que a abordagem predominante foi a qualitativa, estando presente em todos os estudos. As pesquisas qualitativas são aquelas que se debruçam em observar, analisar, compreender e descrever fenômenos humanos com o objetivo de abarcar a subjetividade e a complexidade dos indivíduos (GUNTHER, 2006; BORGES, 2010). Ainda, a abordagem qualitativa leva em consideração a historicidade do sujeito, ou seja, como seu contexto influencia sua existência no mundo e o seu comportamento analisado, o que vai de encontro com uma das atribuições intrínsecas à atuação do terapeuta ocupacional e com uma habilidade importante para a equipe de saúde mental, podendo assim, justificar a escolha dessa abordagem pelos autores dos artigos analisados por essa pesquisa (BORGES 2010; AOTA, 2015).

Em relação às pesquisas teóricas, foram selecionadas uma revisão de escopo, uma revisão bibliográfica e um ensaio reflexivo (2,5,7), notando-se uma preferência na produção

científica por pesquisas que preocupam-se em desvelar o estado da arte de temas que perpassam a reabilitação psicossocial e as práticas da terapia ocupacional.

Foi possível observar também que dentre os objetivos descritos na Tabela 2, três artigos (1,2,4) apresentam o comum objetivo de identificar a prática da terapia ocupacional na rede de atenção à saúde mental. Esse anseio por descrever as práticas dos terapeutas ocupacionais nos serviços de saúde mental pode estar relacionado à carência na literatura de material que evidencie as práticas específicas deste núcleo profissional nos novos serviços substitutos, como observado por Wachholz e Mariott (2009).

A partir da reforma psiquiátrica e do estabelecimento de um novo modelo assistencial em saúde mental, a terapia ocupacional junto aos outros profissionais que atuam na saúde mental, precisaram reestruturar suas práticas e abordagens (JUNS & LACMAN, 2011). Nesse processo, a especificidade das profissões deixa de ser o foco e a integralidade e a interdisciplinaridade passam a ser almejadas. Nesse sentido, a perda e reconstrução da identidade profissional do terapeuta ocupacional na saúde mental passa a ser uma preocupação (SHIMOGUIRI & COSTA- ROSA, 2017).

Três (4,5,7) dos sete artigos, trazem em seus objetivos, observar como a terapia ocupacional relaciona-se com as mudanças advindas da reforma psiquiátrica brasileira e com os pressupostos da reabilitação psicossocial. E ainda, um dos artigos (6) preocupou-se em observar um dos três cenários de atuação e reabilitação dos sujeitos, segundo Saraceno (2001), o trabalho.

4.1 O que apontam os principais resultados sobre terapia ocupacional e reabilitação psicossocial

Em relação aos resultados apresentados pelos artigos analisados por essa pesquisa, Bueno et al¹ (2021), trazem a caracterização das práticas dos terapeutas ocupacionais em três serviços de saúde mental infantojuvenil do município de Belo Horizonte, a saber: Equipes complementares (EqCs), as quais complementam as equipes básicas de saúde mental e as equipes do Núcleo de Atenção à Saúde da Família; Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) e o Programa Arte da Saúde- Ateliê da Cidadania.

Nas equipes complementares, o foco das ações dos terapeutas ocupacionais que levam em conta pressupostos da reabilitação psicossocial são as “[...] trocas sociais, a participação, o exercício de papéis e lugares sociais positivos, a convivência e a experimentação de relações nos espaços coletivos [...]” (BUENO et al., 2021).

Porém, os autores constataram impasses na implantação da reabilitação psicossocial como abordagem norteadora, já que, o modelo de atendimento das equipes ainda é ambulatorial, com poucas ações interdisciplinares e territoriais, devido principalmente à grande demanda por atendimento e ao fato de os pacientes já chegarem ao serviço com demandas relacionadas à um dos profissionais da equipe complementar (BUENO et al., 2021). Severo e Dimenstein (2011), questionam se os atendimentos ambulatoriais à serviço da saúde mental não são uma forma de cronificar os indivíduos ao invés de emancipá-los.

Dessa forma, a perspectiva desenvolvimentista/ habilitadora evidenciou-se mais nas práticas dos terapeutas ocupacionais das EqCs, relacionadas principalmente ao uso do brincar e do lúdico, às orientações das Atividades de Vida Diária (AVD's), e do uso da Terapia de Integração Sensorial. Porém, os autores afirmam que não é possível dissociar a reabilitação psicossocial das práticas voltadas para a perspectiva desenvolvimentista, já que, as práticas tem em seu centro o objetivo de inclusão, autonomia e ampliação de repertórios no território ao qual as crianças e adolescentes pertencem (BUENO et al., 2021).

Em relação à prática dos terapeutas ocupacionais nos CAPSi, a pesquisa de Bueno¹ et al. (2021) observaram que há neste serviço a não diferenciação de ações dos profissionais da equipe, de modo que, os terapeutas sentem que as ações antes atribuídas a eles, agora são funções de todos e coincidem com os pressupostos da reabilitação psicossocial. O mesmo foi encontrado por Mângia, Castilho e Duarte (2006), que relatam que as práticas compartilhadas por vários profissionais refletem a distribuição de responsabilidade pelo cuidado e comprometimento com o novo modelo de assistência.

A perda de especificidade dentro dos serviços de saúde mental pós reforma psiquiátrica, foi vista de duas formas pelos terapeutas ocupacionais: como uma oportunidade de valorização das suas ações no serviço e como situação que gera preocupação e medo de não ter uma identidade profissional na equipe e um conseqüente anseio por desenvolver práticas relacionadas especificamente à terapia ocupacional (BUENO et al., 2021).

Ricci, Marques e Marcolino (2018) observam em sua pesquisa que parte dos trabalhos apresentados nos congressos brasileiros de terapia ocupacional, desenvolveram-se a partir do referencial da reabilitação psicossocial, levando em conta os três cenários fundamentais descritos por Saraceno (2001) e tiveram como foco o trabalho, as trocas sociais, a circulação social e a família. Eles apontaram como estratégias utilizadas pelos terapeutas ocupacionais, as oficinas de geração de renda, orientações e discussões com a família, os centros de convivência e as residências terapêuticas.

Assim como constatado também por Bueno et al (2021), Ricci, Marques e Marcolino (2018) mencionam que o olhar da terapia ocupacional volta-se em algumas atividades para o caráter subjetivo e o potencial expressivo delas, como estratégia para elaborar conteúdos e amenizar sofrimento, considerando a relação do sujeito com a atividade e os significados envolvidos.

Os autores apresentaram também como práticas em saúde mental, os grupos e oficinas terapêuticas e os atendimentos individuais, também com o objetivo de aumentar trocas sociais de forma territorializada. Observa-se que os objetivos dos atendimentos individuais “promoção de processos de vida, reconhecimento do sujeito em suas singularidades, da ampliação da consciência de si no mundo, da construção de uma autonomia” e a realização das práticas grupais conversam com os pressupostos da reabilitação psicossocial (RICCI, MARQUES & MARCOLINO, 2018; SHIMOGUIRI & COSTA- ROSA, 2017).

Uma coisa a ser observada é que, Ricci, Marques e Marcolino (2021) perceberam que apesar dessas práticas condizerem com os pressupostos da reabilitação psicossocial, nem sempre esse referencial era citado de forma explícita. E na pesquisa de Bueno et al (2021), observa-se que a reabilitação psicossocial é colocada como sinônimo para o termo “atenção psicossocial”, o que traz a reflexão sobre o que os terapeutas ocupacionais entendem como reabilitação psicossocial e se a falta de referência ao termo deve-se ao desconhecimento da temática, receio de nomear práticas ou à generalização das práticas dos serviços substitutivos como todas pertencentes ao mesmo referencial, dispensando a necessidade de nomeação.

Na pesquisa de Silva, Ribeiro e Souza (2018), cujo foco foi um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) da região do nordeste brasileiro, foram identificadas práticas comuns aos de outros serviços que atendem a população mentalmente adoecida,

tendo destaque os atendimentos individuais, o atendimento e orientação familiar, o atendimento em equipe e as reuniões de equipe. Dentre os profissionais entrevistados da equipe desse hospital, não havia nenhum terapeuta ocupacional, porém, esse profissional é citado como necessário pelos outros profissionais para as atividades recreativas e de artesanato, demonstrando que há uma visão equivocada a respeito da profissão.

Nesse dispositivo há características peculiares se comparado aos outros estudos analisados, já que, o hospital de custódia, apesar de compor a rede de assistência à saúde, é um dispositivo que pertence também à justiça e possui objetivos que em certo ponto divergem daqueles propostos pela reabilitação psicossocial, já que pauta-se no isolamento temporário do indivíduo considerado nocivo e que enfrenta problemas em saúde mental, afastando a possibilidade de reabilitação na comunidade, inclusão social e circulação da loucura e assumindo o lugar de instituição total (LIRA, 2016).

Apesar de os HCTP preconizarem um tratamento reabilitador com vistas à reintegração social e o cumprimento da medida de segurança, é possível notar que isso pode não ser uma realidade observável (LIRA, 2016). No hospital analisado por Silva, Ribeiro e Souza (2018), há pacientes que estão reclusos há mais de 25 anos e que não possuem previsão de alta.

Observa-se também que os próprios profissionais que atuam na equipe do HCTP, não compartilham do mesmo referencial, abordagem e objetivos, dessa forma, aqueles que porventura desejam colocar os pressupostos da reforma psiquiátrica e da reabilitação psicossocial em prática, são absorvidos pela estrutura institucional rígida que reproduz a lógica manicomial. Os autores constataam que a ideia que os profissionais desse hospital têm a respeito da reabilitação psicossocial não está bem desenvolvida, prejudicando assim, possíveis práticas alinhadas à esse referencial (SILVA, RIBEIRO & SOUZA, 2018).

A presença de atividades de serviço gerais realizadas pelos internos e a falta de articulação no cuidado, de práticas intersetoriais intra e extra institucionais, de acompanhamento e direcionamento na alta e de integralidade na assistência são fatores que contribuem para a cronificação dos indivíduos, reproduzindo a lógica asilar e se distanciando das estratégias preconizadas pela reabilitação psicossocial (SILVA, RIBEIRO & SOUZA, 2018). Segundo Lira (2016) a perspectiva de tratamento dos hospitais de custódia por

remeter aos antigos asilos é totalmente incoerente com a Política de Saúde Mental e por isso deveriam ser substituídos por outros serviços.

Assad, Pedrão e Cirineu (2016) descreveram em sua pesquisa as práticas utilizadas por terapeutas ocupacionais em três CAPS de municípios diferentes. Semelhante ao apresentado por Ricci e Marques (2018), as principais práticas dos terapeutas ocupacionais nesses serviços foram a realização de oficinas e grupos, os atendimentos individuais e aos familiares e ainda algumas práticas que não foram descritas pelos outros estudos analisados, como o acolhimento e escuta, o acompanhamento terapêutico durante as atividades de vida diária e as assembleias.

A compreensão do cuidado em saúde pelas terapeutas ocupacionais entrevistadas engloba uma visão ampla que inclui desde o olhar para as atividades de vida diária, até o trabalho e o lazer. Compreendendo também a singularidade dos indivíduos que necessitam desse cuidado e a importância da intersetorialidade, demonstrada pelas visitas domiciliares realizadas, as oficinas de geração de renda, atividades socioculturais com o objetivo de aumentar as trocas e inserção social, matriciamento e discussão de casos com os Centros de Saúde a fim de alargar o amparo e assistência dos indivíduos (ASSAD, PEDRÃO, CIRINEU, 2016).

Shimoguri e Costa- Rosa (2017), na tentativa de compreenderem as mudanças na identidade profissional da terapia ocupacional após a reforma psiquiátrica brasileira, revisitaram a história da ocupação e a instituição da profissão da terapia ocupacional no Brasil. O percurso da psiquiatria antes da reforma psiquiátrica ficou marcado pelo uso da ocupação como forma de trazer de volta o indivíduo à razão, nesse contexto, a ocupação tinha um sentido de trabalho que retira o ócio, condizente com a valorização do trabalho pelos sistemas de produção capitalistas.

A terapia ocupacional anterior à reforma psiquiátrica brasileira, principalmente na área da saúde mental, tinha como objetivo a adaptação social através da compensação de limitações do sujeito e suas práticas contribuíam para a exclusão (SHIMOGURI & COSTA-ROSA, 2017). A partir da reforma, o papel que o terapeuta ocupacional exercia nas instituições começou a ser questionado de modo a compreender que ocupar os indivíduos sem objetivos claros poderia ser uma forma de exclusão, os afastando da possibilidade de estarem de fato integrados à sociedade (MOREIRA, 2008). Como observado na pesquisa de

Bueno et al. (2021), o receio de ocupar por ocupar ronda os terapeutas ocupacionais das instituições totais que lançam mão de recursos e intervenções vistas como entretenimento, especialmente por reproduzirem a lógica asilar.

Silva e Ferigato (2017) investigam a inclusão social pelo trabalho das pessoas com adoecimento mental sobre a perspectiva do trabalho como necessidade, desejo e direito nas oficinas da rede de saúde mental do município de Campinas. Os autores analisam as percepções dos próprios sujeitos acerca de sua participação nas oficinas de geração de renda.

Como observado na pesquisa de Shimoguiri e Costa- Rosa (2017), o trabalho está presente nas instituições destinadas ao cuidado em saúde mental, desde o surgimento do tratamento moral, onde o trabalho tinha objetivo terapêutico de acordo com as concepções da época, mas com uma lógica controladora dos corpos, ações e dos modos de existir. No âmbito das oficinas de geração de renda dos serviços substitutivos, o trabalho assume novos objetivos e faz parte da reabilitação do indivíduo.

O trabalho para os indivíduos assume muitas vezes o papel de provedor da subsistência, simplificando seu papel e necessidade na vida destes, porém, foi observado pelos autores que o trabalho é também uma necessidade de saúde, capaz de proporcionar qualidade de vida quando acontece de maneira saudável e que seu significado gira em torno também da necessidade de afeto, convivência, ocupação e estar no território (SILVA & FERIGATO, 2017).

Na perspectiva do desejo, o trabalho como estratégia da reabilitação psicossocial apresenta-se como promotor de possibilidades, de autonomia e reconhecimento social. Os autores observam que o desejo pelo trabalho não é algo que tem um fim em si mesmo, e sim, se conecta com o desejo por viver novas coisas e com a possibilidade de ser visto de uma nova forma. Nesse sentido, o trabalho pode ser um meio para vivenciar a subjetividade, superar estigmas e ressignificar as trocas sociais (SILVA & FERIGATO, 2017).

O trabalho aparece também como forma de superar a submissão aos desejos do outro e reconhecer-se como sujeito desejante, de desenvolver-se como pessoa e transformar a visão de si. Através da perspectiva do desejo é possível observar que a inclusão social pelo trabalho supera o aspecto físico de estar no meio trabalhista e relaciona-se com a concretização de expectativas pessoais e até mesmo sociais (SILVA & FERIGATO, 2017).

Como direito, o trabalho traz reflexões acerca da compreensão do exercício da cidadania e para quem ela foi idealizada. Os participantes da pesquisa tinham compreensão reduzida acerca de seus direitos, incluindo o direito de participar de atividades laborais. A visão sobre direitos limitava-se aos direitos trabalhistas e apresentava-se como um anseio por ter nas oficinas ou após a experiência vivenciada nelas, as mesmas condições do trabalho formal, como carteira assinada, férias e 13º salário (SILVA & FERIGATO, 2017).

O trabalho como principal forma de reinserção social também aparece na pesquisa de Ricci e Marques (2018), as duas pesquisas trazem à tona também as dificuldades da inclusão para além das oficinas, pois, no mercado de trabalho formal há forte estigma relacionado às questões de saúde mental e há a falta de flexibilidade nos processos de trabalho e real adaptação às necessidades dos indivíduos, fazendo com que muitas vezes eles prefiram e retornem às oficinas de geração de renda, e assim o objetivo da inclusão não se concretiza de forma ampla e sim, de forma local (SILVA & FERIGATO, 2017).

Nicácio, Mangia e Ghirardi (2005) atentam para a questão que o trabalho deve ser emancipador, produtor de valor e espaço de exercício de direitos e não somente ter benefícios relacionados ao tratamento, para não correr o risco de reproduzir a lógica dos asilos em que o trabalho tinha função de moldar o comportamento dos indivíduos. Os autores criticam também a modalidade de “trabalho protegido” em que há risco de a pessoa em sofrimento não estar sendo protagonista em seu processo.

Segundo Silva e Ferigato (2017), afirmam que a garantia de direitos para esta população deve perpassar pela compreensão da existência pessoal de forma indissociada do sofrimento mental, ou seja, a consideração da diferença nesse cenário é importante, pois a partir dela é possível pensar novas formas de facilitar a existência com plena participação social e elaborar uma nova forma de exercer a cidadania.

Na pesquisa de Morato e Lussi (2018), os autores buscam investigar as contribuições dos pressupostos da reabilitação psicossocial para a terapia ocupacional e para isso trazem conceitos base da reabilitação psicossocial, como: a criação de oportunidades e espaços para as trocas sociais, as próprias trocas sociais, a reconstrução do valor dos sujeitos e a diminuição do estigma para proporcionar a contratualidade nos espaços que eles estão ou desejam estar e o exercício da cidadania.

Falar acerca dos pontos em comum dos pressupostos da reabilitação psicossocial com o campo teórico- prático da terapia ocupacional na saúde mental, implica necessariamente em realizar uma análise do desenvolvimento da profissão junto ao contexto histórico e às mudanças na saúde mental brasileira, já que, como citado por Moreira (2008) essa profissão precisou adaptar-se às novas formas de cuidado que estavam sendo estabelecidas nas instituições de saúde mental do país.

Assim como citam Shimoguri e Costa- Rosa (2017), Morato e Lussi (2018) relatam que nesse processo temporal a terapia ocupacional passa a compreender sua prática como política e a entender os indivíduos, a produção de saúde ou de adoecimento como relacionados ao contexto social, e, portanto, as estratégias de ação como necessárias de estarem contextualizadas ao cenário de vida real.

Houve também uma mudança do sentido das atividades, que agora passam a ter foco nas necessidades do indivíduo e na reinserção social, priorizando a produção de significado no cotidiano e abrindo caminhos para aumentar as trocas sociais. Nesse sentido, é possível pensar de forma inversa que a terapia ocupacional possui um arcabouço teórico e experiência suficiente relacionada à atividade humana que podem contribuir para a concretização da reabilitação psicossocial (MORATO & LUSSI; 2018; SHIMOGURI & COSTA- ROSA, 2017; MÂNGIA, CASTILHO & DUARTE, 2006).

A terapia ocupacional e a reabilitação psicossocial se encontram também na contratualidade do sujeito onde a valorização das potencialidades e recursos dele, com vistas à reconstrução do valor social, aumenta seu poder contratual. A partir da atividade humana o sujeito tem a oportunidade de produção de sentido, de reconhecer as fragilidades de seu fazer e de sua existência no mundo e a partir da assistência do terapeuta ocupacional e do empréstimo do poder contratual, o indivíduo pode reconstruir e ressignificar caminhos (MORATO & LUSSI; 2018).

Saraceno (2001) e Nascimento (1996) trazem a discussão do valor terapêutico das atividades por si só, colocando em pauta a efetividade de oficinas terapêuticas, atividades artísticas e de expressão. Eles observam que o potencial terapêutico de uma atividade não está ligado somente à realização e condução dela, e sim em seu emprego consciente e singular à cada indivíduo, analisando o contexto e ambiente em que será aplicada, para assim se constituir como oportunidade de emancipação e do exercício da cidadania.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que apesar dos achados preliminares da pesquisa, anteriores à aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, terem constituído um número significativo de artigos (51 ao todo), o termo “reabilitação psicossocial” utilizado como palavra-chave, ainda não está inscrito nos Descritores em Ciência da Saúde (DECS) da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Considerado que o número citado é apenas um recorte da literatura que relaciona terapia ocupacional, Reabilitação Psicossocial (R.P) e saúde mental, os números de pesquisa relacionados à R.P podem ser muito maiores. Considerando também a BVS como uma importante fonte de busca para os estudantes e profissionais de saúde, é de suma importância a inclusão do termo “reabilitação psicossocial” ou de algum termo equivalente para facilitar e ampliar as buscas na literatura.

Em relação aos sete estudos analisados por essa pesquisa, a maior parte identificou que as práticas da terapia ocupacional e de outras profissões dentro dos serviços de saúde mental estão em consonância com o proposto pela reforma psiquiátrica e caminhando para o exercício da reabilitação psicossocial como abordagem norteadora dos problemas em saúde mental. O estudo relacionado ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico foi o único que concluiu que a instituição analisada não reproduz de nenhuma forma o preconizado pela Política Nacional de Saúde Mental, apesar de intenção de alguns profissionais (SILVA, RIBEIRO & SOUZA, 2018).

A produção científica da terapia ocupacional relacionada à Reabilitação Psicossocial analisada, trouxe esse referencial relacionado à diversos serviços substitutivos e estratégias de ação, tendo três (1,2, 4) deles trazido os Centros de Atenção Psicossocial como principal serviço na concretização dos pressupostos da reabilitação psicossocial, quatro (1,2, 3, 4) trouxeram os atendimentos grupais, individuais e aos familiares e as oficinas terapêuticas como práticas recorrentes na assistência em saúde mental, dois (2, 6) trouxeram a perspectiva do trabalho através das oficinas de geração de renda.

O foco da terapia ocupacional nos serviços citados e nas pesquisas analisadas é condizente com os pressupostos da Reabilitação Psicossocial, porém observa-se que poucos estudos citaram as ações intersetoriais no território e a atuação do terapeuta ocupacional nas residências terapêuticas. A assistência em consonância com o preconizado pela R.P aos usuários de álcool e outras drogas, a população idosa, e aos próprios profissionais da área da saúde mental não foi vista em nenhum estudo, podendo representar uma lacuna na literatura.

A atuação do terapeuta ocupacional com pessoas institucionalizadas ou que passaram bastante tempo nessas condições, só foi citada em um estudo (5), que por ser teórico, não evidencia bem a situação de assistência.

Através da análise dos estudos, foi notório a influência mútua entre a terapia ocupacional e a reabilitação psicossocial, pois o processo histórico da constituição da identidade da profissão se inscreveu num contexto de constante mudança do conceito e modo de fazer saúde, onde o terapeuta ocupacional precisou questionar e adaptar suas práticas e referenciais (MOREIRA, 2008). Como relatado ao longo desta pesquisa, a terapia ocupacional saiu do lugar de uma profissão que era levada a preocupar-se com o ócio institucional e com a correção de incapacidades, para uma profissão que leva em conta a autonomia, a participação social plena, a contratualidade e negociações nas relações, a realização pessoal e a garantia de qualidade de vida com o sofrimento mental (MORATO & LUSSI, 2018; SHIMOGUIRI & COSTA- ROSA, 2017)

Sendo assim, a reabilitação psicossocial como parte importante da mudança do paradigma da saúde mental, influenciou essas transformações na profissão, da mesma forma que a atuação do terapeuta ocupacional contribui para a concretização do preconizado pela reabilitação psicossocial, especialmente pensando que o olhar da terapia ocupacional é “treinado” para ver o sujeito como um todo e focar em suas potencialidades e necessidades.

É possível pensar também que, o que é hoje base para a atuação do terapeuta ocupacional em todas as áreas, pode ser produto dessas transformações da saúde mental brasileira além claro, de outros movimentos, como os em defesa à garantia da saúde e dignidade das pessoas com deficiência, à exemplo a Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC), que ganhou força a partir dos anos 80, mesma época em que a reforma psiquiátrica começou a se delinear no país (MOREIRA, 2008).

Sendo assim, a atuação do terapeuta ocupacional com todos os sujeitos em desvantagens, sejam elas motoras, sensoriais, cognitivas, emocionais ou sociais, hoje e cada vez mais, perpassam a visão de indivíduo de direitos e do terapeuta ocupacional como facilitador para inserção social, num constante trabalho de transformar o estigma social e abrir espaços de oportunidades para os indivíduos que fogem à normalidade, tendo o compromisso ético de reintegrar de forma ampla e com plenitude de condições os sujeitos.

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ETAPAS/ MÊS	Fev 21	Mar 21	Abr 21	Mai 21	Jan 22	Fev 22	Mar 22	Abr 22	Mai
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X				
Elaboração do Projeto			X	X	X	X			
Busca e seleção de materiais						X			
Extração e armazenamento dos dados							X		
Avaliação dos dados							X		
Discussão								X	
Conclusão								X	
Apresentação final									X

7. REFERENCIAS

ALMEIDA, D. A.; TREVISAN, E. R. Estratégias de intervenção da terapia ocupacional em consonância com as transformações da assistência em saúde mental no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 36, p. 299-307, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832010005000030> Acesso em: 17/03/2022.

ALVERGA, A. R. D.; DIMENSTEIN, M. A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 10, n. 20, p. 299-316, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24/03/2022.

AOTA AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION et al. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo-traduzida. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, p. 1-49, 2015. Acesso em: 21/04/2022.

ASSAD, F. B.; PEDRÃO, L. J; CIRINEU, C. T. Estratégias de cuidado utilizadas por terapeutas ocupacionais em centros de atenção psicossocial/ **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 24, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1407> . Acesso em: 14/04/2022.

BENETTON, Maria José. Terapia ocupacional e reabilitação psicossocial: uma relação possível. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo p. 11-16, 1996. Disponível em: <http://www.jobenetton.pro.br/rebili.htm> Acesso em: 20/04/2022

BORGES, R. F.; LUZIO, C. A. Pesquisa qualitativa em saúde mental: alguns apontamentos. **Perfil**, p. 14-23, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/127050/ISSN0103-605X-2010-09-01-14-23.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 27/03/2022

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. **Casa Civil** : Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm. Acesso em: 19/04/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde Mental: O que é reabilitação psicossocial?* Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 07/04/2022.

BUENO, K. M. P. et al. Práticas de terapia ocupacional na rede de saúde mental da criança e do adolescente. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/jRw7pdLBqMHkmGyrBt8FLMh/?lang=pt>. Acesso em: 16/03/2022.

CABRAL, S. B.; DAROSCI, M. A trajetória das políticas de saúde mental no Brasil: Uma análise a partir do ângulo normativo (1903- 2019). *Revista Lugar*, 2019. Disponível em: <https://atencaopsicossocial.paginas.ufsc.br/files/2020/07/A-trajet%C3%B3ria-das-pol%C3%ADticas-de-sa%C3%BAde-mental-no-Brasil-1.pdf>. Acesso em: 10/04/2022.

CREFITO-11 – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região. *Terapia Ocupacional*, Brasília- DF, 2021. Disponível em: <https://crefito11.gov.br/definicao-terapia-ocupacional.php>. Acesso em: 23/03/2022

COIMBRA, V. C. C.; GUIMARÃES, J.; SILVA, M. C. F. ; KANTORSKI, L.; SCATENA, M. C. M. Reabilitação psicossocial e família: considerações sobre a reestruturação da assistência psiquiátrica no Brasil. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 07, n. 01, p. 99 – 104, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen> Acesso em: 30/03/2022

DA SILVA, E. V.; RIBEIRO, M. C; DE SOUZA, M. C. S. O cuidado e os processos de trabalho em um hospital de custódia e tratamento psiquiátrico sob a perspectiva de seus trabalhadores/The performance of health professionals in a custody and psychiatric treatment hospital: the perspective of the psychosocial rehabilitation. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 2, p. 315-327, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/VwrQKJjKwptBgbQVbWv7Sks/?lang=em> Acesso em: 18/03/2022.

DE LIRA, K. F. S. Hospitais de custódia, tratamento psiquiátrico e violação dos direitos humanos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 2, p. 143-159, 2016. <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/394/183> Acesso em: 13/04/2022.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-209, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18/04/2022

JUNS, A. G.; LANCMAN, S. O trabalho interdisciplinar no CAPS e a especificidade do trabalho do terapeuta ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 27-35, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v22i1p27-35> Acesso em: 25/04/2022

LIBERATO, M. D. M. Desinstitucionalizar é ultrapassar fronteiras sanitárias: o desafio da intersectorialidade e do trabalho em rede. **Caderno Brasileiro de Saúde Mental**, vol 1, nº 1, 2009. Acesso em: 08/04/2022.

LIBERMAN, F. Trabalho corporal, música, teatro e dança em Terapia Ocupacional: clínica e formação. **CADERNOS • Centro Universitário S. Camilo**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 39-43, jul./set. 2002 39

MACIEL, A. S; MAZZILLI, S. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional. Reunião anual da Anped, v. 32, 2010. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>. Acesso em: 20/04/ 2022.

MÂNGIA, E. F.; CASTILHO, J. P. L. V.; DUARTE, V. R. E. A construção de projetos terapêuticos: visão de profissionais em dois centros de atenção psicossocial. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 17, n. 2, p. 87-98, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13989> Acesso em: 16/04/2022

MORATO, G. G; LUSSI, I. A. O. Contribuições da perspectiva de Reabilitação Psicossocial para a terapia ocupacional no campo da saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, p. 943-951, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/SXs4QGmLKfsybrMb5GDpJGQ/?lang=em> Acesso em: 23/04/2022.

MOREIRA, A. B. Terapia ocupacional: história crítica e abordagens territoriais/comunitárias. *Vita et Sanitas*, v. 2, n. 1, p. 79-91, 2008. Disponível em: <http://fug.edu.br/revistas/index.php/VitaetSanitas/article/view/103/86> .Acesso em: 15/04/2022.

NASCIMENTO, B. A. O mito da atividade terapêutica. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 1, n. 1, p. 17-21, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5284165/mod_resource/content/2/mitodaatividadeterapeutica%20%281%29.pdf#:~:text=stou%20chamando%20de%20mito%20da,ati%2D%20vidade%20em%20pacientes%20e Acesso em: 15/03/2022.

NICÁCIO, F.; MANGIA, E. F.; GHIRARDI, M. I. G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas . **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 2, p. 62-66, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13961> . Acesso em: 04/04/2022

OLIVER, F.C.; BARROS, D.D.; LOPES, R.E. Estudo sobre a incorporação da terapia ocupacional no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa com deficiência no Município de São Paulo entre 1989 e 1993. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v.16, n.1, p.31-9, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13956/15774> Acesso em: 17/04/2022

PALHARES, M. S.; BOMBARDA, T. B. O registro de práticas interventivas da Terapia Ocupacional na educação inclusiva. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 285-294, 2015 Acesso em: 22/03/2022

PITTA, Ana. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje. In: PITTA, A. (org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.19-26. Acesso em: 29/04/2022

RESOLUÇÃO COFFITO Nº 408 DE 18 DE AGOSTO DE 2011. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução n. 408. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde Mental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 ago. 2011. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3171> . Acesso em Acesso em: 14/04/2022

RICCI, T. E.; MARQUES, I. P.; MARCOLINO, T. Q. Terapia ocupacional em saúde mental nos congressos brasileiros: uma revisão de escopo. **Cadernos Brasileiros de**

Terapia Ocupacional, v. 26, p. 915-925, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/qNXffmXpbwWpYFqYvfmSBXz/?lang=en> Acesso em:
27/04/2022

SAMPAIO, M. L.; BISPO JÚNIOR, J. P. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, 2021. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462021000100502&lng=en&nrm=iso Acesso em: 29/03/2022

SARACENO, Benedetto. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Te Corá, 2001. 178 p. Acesso em: 13/04/2022

Sem autor: REVISTAS. Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional (RENETO), 2020. Disponível em: <http://reneto.org.br/revistas/> Acesso em: 23/03/2022

SEVERO, A. K.; DIMENSTEIN, M. Rede e intersectorialidade na atenção psicossocial: contextualizando o papel do ambulatório de saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, p. 640-655, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/NB46WgNhD6HhbK5YXvYRthh/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 09/04/2022.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T; COSTA-ROSA, Abílio da. Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 21, p. 845-856, 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/icse/a/TDxQbPHccjLh3FN548Db6qw/?lang=pt> Acesso em:
02/04/2022

SILVA, A. P. D; FERIGATO, S. H. Mental health and work: dialogues on rights, desire, and need for access. **Cad. Bras. Ter. Ocup**, São Carlos, p. 803-816, 2017. Disponível em:
<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1689>
Acesso em: 01/04/2022

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 31/03/2022

WACHHOLZ, S. M. S.; MARIOTTI, M. C. A participação do terapeuta ocupacional na reforma psiquiátrica e nos novos serviços de saúde mental. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 147-159, 2009. Disponível em:
<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/104/69>. Acesso em: 03/04/2022

WORLD FEDERATION OF OCCUPACIONAL THERAPISTS. Definition of Occupational Therapy. 2012. Disponível em: <https://wfot.org/about/about-occupational-therapy>. Acesso em: 22/04/2022